

Comissão tenta garantir a rolagem das dívidas de estados e municípios

por Marta Salomon
de Brasília

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso estudou a possibilidade de garantir a rolagem da dívida externa dos estados e municípios, que ficou de fora da proposta orçamentária enviada pelo governo. A rolagem da dívida que vence em 1991, calculada em US\$ 2,4 bilhões, depende, no entanto, de um acerto com o governo.

A possibilidade de rolagem da dívida foi deixada em aberto pelo relator geral do orçamento, deputado João Alves (PFL-BA), quando definiu as regras para a análise do projeto de lei. As negociações estão sendo conduzidas pelo deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA), informou o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que admitiu pressões dos governadores eleitos. O deputado César Maia (PDT-RJ) confia que o orçamento de 91 poderá permitir a rolagem de 75% da dívida "vincenda", percentual já adotado no orçamento deste ano. "É melhor para o governo", defendeu Maia.

A discussão deverá ser retomada na visita da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, à Comissão Mista de Orçamento. O "convite" à ministra foi aprovado na sessão de ontem da comissão. Também foi aprovado o envio de ofício pedindo explicações sobre a omissão de recursos

para a rolagem da dívida pública no orçamento.

A omissão de recursos suficientes para a rolagem da dívida foi denunciada pelo deputado José Serra (PSDB-SP). Ele constatou uma diferença de Cr\$ 130 bilhões entre os recursos destinados pelo governo no orçamento e o que prevê ser o necessário para a rolagem dos títulos públicos. Para Serra, a exclusão das despesas com juros impede o controle eficaz do Con-

gresso sobre o orçamento. Outra explicação que será pedida à ministra da Economia se refere ao déficit localizado no orçamento de 91 pelo deputado César Maia. O deputado localizou dados contraditórios sobre receitas do governo no projeto de orçamento e no plano plurianual. "Os números não batem", avaliou Maia. Outra contradição encontrada pelo deputado é a inclusão de despesas com pensionistas e aposentados

da União no orçamento da Seguridade Social, o que é proibido pelo plano plurianual.

Os parlamentares esperam que a ministra ofereça à comissão uma solução para manter os incentivos dos Fundos de Investimento da Amazônia e do Nordeste — Finam e Finor. Os fundos estão suspensos desde a edição do Plano Collor e o orçamento não contempla recursos para a sua manutenção.